

DINÂMICAS TERRITORIAS E TERRITORIALIDADES NO JURUÁ ACREANO

Maria de Jesus Morais
Prof. Do DEGEO
Universidade Federal do Acre
Doutoranda do POSGEO
Universidade Federal Fluminense
mjmorais@hotmail.com

Introdução

No que diz respeito ao Acre, a expansão e a apropriação territorial ocorreu em dois momentos principais: um quando a Amazônia detinha (a partir da segunda metade do século XIX) o monopólio da borracha natural no mercado internacional e o aumento da demanda pelo produto atraiu levas de migrantes nordestinos para terras bolivianas e, outro com a frente agropecuária a partir de 1970. O primeiro vai resultar na inserção do Acre na divisão internacional do trabalho e na anexação do Acre ao território brasileiro e, o segundo na desarticulação da economia extrativa e, conseqüentemente em conflitos pela posse da terra entre seringueiros, índios, posseiros e colonos contra os empresários e especuladores do centro sul do país. Neste último contexto surgem os movimentos sociais de índios e seringueiros que vai imprimir novos 'recortes territoriais' em detrimento da "fronteira natural".

Este texto visa apresentar um conjunto de questões sobre o uso da terra, no Estado do Acre, em detrimento das seguintes frentes econômicas: a *extrativa* – que imprime uma dinâmica territorial singular-, a *agropecuária* que transforma significamente o ordenamento territorial e a perspectiva das áreas "naturais protegidas".

O Estado do Acre está situado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira e faz fronteira internacional com o Peru e a Bolívia e, nacional com os estados de Rondônia e Amazonas. Possui 153.589 Km², distribuídos em 22 municípios que estão localizados em duas grandes bacias hidrográficas: a do vale do Purus-Acre e a do Vale do Juruá. Os rios durante cerca de 100 anos constituíram no mais importante meio de transporte do Estado, estes são sinuosos e correm paralelo em direção a margem direita do rio Amazonas. Dado o caráter da rede hidrográfica, ou seja, o paralelismo criou duas regiões – durante muito tempo estanques, separadas,

que viviam “estranhas” umas às outras e, isso produziu repercussões significativas na formação e constituição das relações comerciais e políticas do Juruá com as cidades de Manaus e Belém.

Considerações Teóricas

Historicamente o processo de formação do Acre tem recaído em diferentes relações com o território, seja nos conflitos com os grupos indígenas no final do século XIX, quando os nordestinos ocupam as margens dos rios para a formação dos seringais; seja quando seringueiros e índios resistem e enfrentam agropecuaristas e especuladores com objetivos de permanecerem nas suas “colocações¹” nos seringais; seja quando seringueiros e índios lutam por um modelo de assentamento, no caso o modelo seringal com suas ‘estradas de seringas²’ e o uso comum da terra.

Das relações com a terra, com o território esses grupos sociais estabeleceram diferentes laços com os lugares, manifestados em relações de identificação e/ou de pertencimento. Laços estabelecidos pela vivência, por um modo de vida, de trabalho, pelas atividades que desempenham, como por exemplo, o “corte da seringa” que pressupõe práticas/conhecimentos específicos. No que diz respeito aos rios, esses permeiam a noção de pertencimento, e essa identificação está vinculada tanto ao trabalho, quanto à noção de sobrevivência, não só física, mas também psíquica e ambiental. No caso indígena é bem significativa a relação que estes estabelecem com os geossímbolos e/ou ‘lugares corações’ do qual fala Bonnemaïson (2000, 2002) para o arquipélago de Tanna. Para os índios a aldeia significa a unidade territorial por excelência, nesta se funde “terra, subsistência, relações sociais e festas religiosas” (Dalmolin, 2004: p. 30).

Esses laços de identificação e do saber-fazer foram acionados enquanto movimento social, enquanto identidade indígena e seringueira (trabalhadores extrativistas em suas diferenciações com os camponeses em geral). No caso da identidade seringueira, foi se elaborando, no contexto da luta pela permanência nas colocações, uma identidade política, que se “apropriou material e simbolicamente do espaço, nas suas relações com/contra outros sujeitos”, como estudado por Porto-Gonçalves (1998) em *Geografando nos Varadouros do Mundo*. E, o “fato de ser

¹ A “colocação” é a base produtiva da estrutura do seringal e também a posse de terra florestal do seringueiro.

² Trilhas abertas na floresta, ligando uma seringueira a outra, por onde o seringueiro caminha para efetuar a extração do látex.

seringueira, essa identidade indica que o habitat e o habitus tiveram um papel relevante na sua conformação identitária” (p. 324).

Na questão indígena a primeira luta foi para serem reconhecidos como índios, pois na década de 1970 “não existia oficialmente índios no Acre, quanto mais terras para eles” (Aquino, 2001: p. 38). Através da União das Nações Indígenas do Acre o movimento indígena que vinham desde a década de 1970 tornou-se protagonista nas mediações de conflitos e relações com o poder público e com a sociedade na defesa das causas indígenas e, foi com a Constituição de 1988, a primeira legislação que reconhece “índios, suas comunidades e organizações” como “partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses” (Art. 232) que ganharam força e reconhecimento na luta pela demarcação das Terras Indígenas (TI). No Acre estão delimitadas hoje vinte e oito *Terras Indígenas*, das quais 90% encontram-se no Juruá (Acre, 2000). Na questão indígena, além da luta para serem reconhecidos enquanto tal, o eixo mobilizador foi a terra e, esse eixo funcionou como elo de unidade do movimento em todo país (Dalmolin, 2004).

As diferentes relações com territórios nos conduzem a discutir a questão da fronteira, seja no sentido econômico ou no político. No sentido político, a própria “incorporação” do Acre ao Brasil no início do século passado. Incorporação esta permeada de conflitos e jogos de interesses, como os seringalistas (os donos dos seringais), que viam na atividade extrativa a possibilidade de auferir rendimentos; da Bolívia, que reivindicava a sua soberania política, já que as terras lhes pertenciam; e do governo brasileiro que somente diante da iminência dessas terras transformarem-se em “estado-tampão” dos EUA interveio para resolver a questão, em benefício do Brasil. No sentido econômico o avanço da fronteira, seja a extrativa ou a agropecuária, desarticula as atividades precedentes, como a coleta de “drogas do sertão” e da “empresa” seringalista, e, imprime novas dinâmicas territoriais.

Nesse sentido a nossa proposição teórica está ancorada na discussão do território, entendendo em suas dimensões material-concreta e também subjetiva e/ou simbólica como formulada em Haesbaert (2004). Mesmo considerando as discussões a cerca do território em C. Raffestin (1993) e R. Sack (1986) adotamos a proposição de Haesbaert quando este ressalta a importância de distinguir os territórios de acordo

com os sujeitos que os constroem, ou seja, que o território seja trabalhado na multiplicidade de suas manifestações, pois ora a dinâmica econômica é mais importante, ora a política, ora a simbólica.

Um traço comum, para Haesbaert, nas definições de território é que ele “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (2005: 02). Neste sentido o território pode ser concebido “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Haesbaert, 2004: 79). Para este autor o território envolve:

... sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (Haesbaert, 1997: 42).

No que diz respeito à territorialidade a concebemos como uma das dimensões do território, a dimensão simbólica ou da identidade territorial. Nesta está implícito que não existe “território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica, seja ela negativa ou positiva, do espaço por seus habitantes” (Haesbaert, 1999: 172).

Com relação à fronteira a concebemos como a definida por Martins, como o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terras, de um lado, e os camponeses pobres, de outro”. Todavia, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um “lugar de descoberta do outro e de desencontros”. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo, mas o desencontro de “... temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História” (Martins, 1997: 150-151).

No caso da incorporação do Acre ao Brasil houve um deslocamento da fronteira legada por portugueses e espanhóis, quando os seringueiros penetraram em território dos altos rios Purus, Acre e Juruá. Estes desbravaram e transformaram em áreas utilizadas pela ocupação e exploração econômica, o que assegurou a ampliação territorial do Brasil. Segundo Reis (1953: 31) “ocupando-as e nelas permanecendo ativamente, os seringueiros estavam ampliando o espaço brasileiro. Operavam o que podíamos chamar de conquista mansa do Acre, desse modo dando uma outra conformação territorial ao Brasil”.

A Fronteira Econômica e Política no Final do século XIX e Início do Século XX

A história do Acre está associada ao extrativismo da borracha, que tem início com caráter comercial a partir da segunda metade do século XIX. A partir daí grande leva de migrantes nordestinos alcança os altos cursos das bacias dos rios Purus, Acre e Juruá. Nessa marcha há a “dilatação” da fronteira legada pelos portugueses e instala-se a empresa seringalista. O “encontro” dos povos indígenas que habitavam as bacias desses rios com seringalistas e seringueiros nordestinos foi marcado por violentas “correrias³” patrocinadas pelos proprietários dos seringais. Além do elevado número de mortes causadas pelos massacres armados, pelo acirramento dos conflitos intertribais e pela introdução de doenças até então inexistentes, as correrias tiveram como uma de suas principais conseqüências a dispersão das populações pela floresta, nas áreas pouco produtivas do ponto de vista do extrativismo. Fato que ainda hoje é constatado com a presença de indígenas – da mesma etnia - em territórios peruanos e bolivianos ao longo da zona de fronteira. As populações indígenas do Purus e Juruá, além dos conflitos com a frente extrativa da borracha, sofreram igualmente o ataque dos caucheiros peruanos. Com o tempo, os índios que sobreviveram as correrias foram gradualmente incorporados a “empresa seringalista”.

A organização interna da produção articulou-se em torno do monoextrativismo da borracha, cujo traço marcante foi a conformação de um sistema de dominação estruturado nas relações mercantis de produção, ancorado na grande propriedade fundiária e na exploração do trabalho dos seringueiros.

Na I Batalha da Borracha (1850-1915) – a II diz respeito ao período de 1942-1945 (Benchimol, 1977), os seringalistas do Acre estabeleceram suas relações comerciais diretamente com as “casas aviadoras”. Isso era assegurado por intermédio do monopólio comercial sobre o qual se estruturavam os seringais. Nesta fase diversos comerciantes de Belém e Manaus mantiveram suas moradas nessas cidades e abriram extensos seringais no Acre, que eram administrados através de seus prepostos. Entre aqueles indivíduos que através de recursos próprios e/ou mediante

³ Estudos dão conta que desapareceram no Acre cerca de 30 povos indígenas (ver Piccoli, 1993).

financiamentos privados, foram viver no território com suas famílias na condição de proprietários de seringais, no decorrer do tempo muitos passaram a ampliar seus negócios comerciais para além de seus domínios e acabaram mudando a sua morada para os núcleos urbanos que foram se formando nas margens dos principais rios (Paula, 2005).

A ‘empresa’ seringalista transformou inteiramente o processo econômico de coleta das “drogas do sertão” até então existente. A atividade extrativa da borracha caracterizou a Amazônia como ‘região das *héveas*’, de mundo do ouro negro, de pioneiros, de seringueiros, de seringalistas (Reis, 1953). E instalou uma nova dinâmica territorial organizada pela cadeia produtiva da exploração da *Hevea brasiliensis*. O seringal a unidade produtiva, característico deste período, estava atrelado a uma extensa rede de aviamento – que ia do capital financeiro industrial, as casas aviadoras e exportadoras, aos seringalistas e aos seringueiros -. Entre o seringalista e os seringueiros tudo deveria ser comprado e vendido no barracão. E, o seringalista, por sua vez, estava ligado por componentes idênticos ao seu aviador, que representava a garantia e o equilíbrio do empreendimento, sendo o valor econômico do seringal calculado pelo número de estradas ou madeiras em condições de produção. No seringal, nas palavras de Euclides da Cunha (1999) estão representadas “a imagem material do domínio e da posse”; o mesmo envolvimento em sua “diabólica e caprichosa geometria” das estradas de seringas tinha, na sua hierarquia social o patrão ou coronel que:

constituía a revelação humana mais característica do sistema econômico da borracha, e o seringueiro um simples prolongamento desse elo ecológico (...) enunciado pela relação seringa-seringal, seringalista-seringueiro (Tocantins, 1960: p. 180).

O seringal era composto pelo barracão, geralmente instalado na foz de rios ou em pontos que pudessem dominar/fiscalizar o curso fluvial ou ainda em local de fácil acesso à navegação. Da sede do seringal, no interior da mata localizavam-se as colocações dos seringueiros compostas pelas estradas de seringa que convergiam para o tapiri. O seringal constitui uma comunidade rural na floresta, cujo agrupamento humano estava composto pelo seringalista-comerciante e pelos fregueses-

seringueiros, espalhados pelo interior da mata. No seringal viviam/trabalhavam dois grupos distintos: o dos que trabalhavam no setor administrativo, junto com o seringalista e, os que trabalhavam diretamente no extrativismo, cortando seringa ou em atividades de apoio (Tocantins, 1960) (Figura 01).

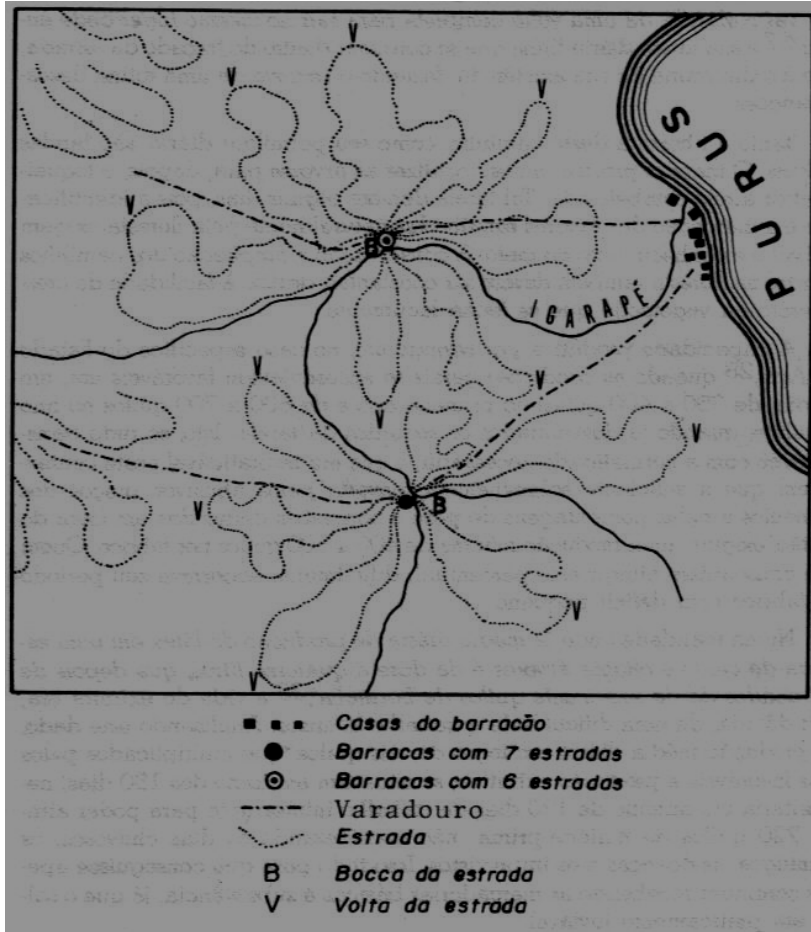


Figura 01 – Croqui de um seringal acreano, desenhado por Euclides da Cunha (1905), durante sua viagem de Reconhecimento do rio Purus.

No início da exploração extrativa um seringal era montada da seguinte forma: “os grupos que buscavam borracha iam localizando aqui e acolá e assinalando a posse pelo levantamento de um tapiri. Descoberta as árvores, montavam-se os primeiros abrigos, iniciavam-se as sondagens necessárias para verificar o que valia aquele trecho da floresta” (Reis, 1953: 77). E se ampliava na descoberta de novas árvores “...acontecia que, muitas vezes, em meio à exploração de um seringal descobria-se novas árvores gomíferas” (p. 78). Nesse caso ocorria uma verdadeira ‘carrera’, com o deslocamento de seringueiros que “iam proceder à localização, abrir o seringal”, ampliando o “campo de operação”. O que se pode chamar de “ocupação

possessória da terra” e dependendo do poder econômico e da força do empreendedor o seringal ia-se espichando ao longo dos rios. Daí por diante é que se buscava a proteção das leis para garantia jurídica do empreendimento.

O formato da apropriação e do regime de exploração econômica da propriedade fundiária na região era o seringal. As terras que constituíam os mesmos eram estimadas em função das ‘estradas de seringas’ nele existentes, como atestou Euclides da Cunha (1999). Nos tempos áureos da borracha um seringal era avaliado não pela extensão das terras que possuíam, mas sim pela riqueza em árvores que oferecia ao corte.

No período entre 1915 a 1942 o Acre que tinha a sua economia baseada no monoextrativismo sofreu efeitos graves com o fim do boom da borracha. Os seringais foram abandonados, as relações entre os seringueiros e os comerciantes de Belém e de Manaus foram cortadas. Os seringueiros que continuaram no Acre passaram a se dedicar à agricultura de subsistência, à coleta da castanha, à caça e à pesca, sem abandonar completamente a extração da borracha. Nos seringais abandonados muitos seringueiros permaneceram como posseiros. Desenvolveu-se uma economia mais diversificada em lugar do monoextrativismo, porém mais pobre. Durante a Segunda Guerra e/ou II Batalha da Borracha a economia da mesma conheceu novo impulso devido à ocupação da Malásia e Ceilão pelos japoneses. Nos acordos de Washington, muitos visavam a recuperação da borracha na Amazônia. Novamente levas de nordestinos foram para o Acre. Terminada a guerra e normalizada o mercado asiático a Amazônia foi novamente relegada, a tal ponto que, nos anos de 1960, com a expansão da indústria nacional e o aumento do consumo da borracha no mercado interno foi preciso importar o produto.

Nos períodos de baixo preço da borracha no mercado internacional, alguns seringalistas ‘abandonaram’ os seringais e, em função da falência de alguns seringalistas e a execução de suas hipotecas por parte das casas aviadoras, isso resultou numa reconcentração formal da terra. Por outro lado, a quebra temporária da rigidez de controle nos seringais somadas à busca de alternativas de sobrevivência por parte dos seringueiros possibilitou algumas modificações na forma de ocupação e uso produtivo da terra.

O monopólio da propriedade fundiária e produção de matéria-prima para o mercado distingue o território acreano no período de sua ocupação econômica dos demais estados da Amazônia, que possuíam áreas ocupadas por uma população que se reproduzia socialmente através de uma agricultura de subsistência. Após breves ciclos de apogeu o monoextrativismo da borracha natural, bem como as relações de dominação a ele subjacentes, ingressou em um processo de decadência irreversível. Somente a partir dessas crises surgiriam oportunidades para a ocupação de pequenas porções de terras por uma parte daqueles trabalhadores que abandonavam os seringais e passariam a buscar outros meios de sobrevivência como agricultura, pesca, caça (Paula, 2005).

A dinâmica apoiada no seringal predomina por quase um século, sofrendo modificações estruturais a partir de 1970, com o avanço da fronteira agropecuária. Desde então, índios e seringueiros foram considerados entraves ao desenvolvimento regional representado pela criação de gado, razão para retirá-los das “colocações”.

A Fronteira Econômica para a Amazônia a partir de 1970

A partir da década de 1970, uma outra dinâmica territorial instala-se no Acre, já que o processo de transferência das terras aos compradores do Centro-Sul excluía milhares de trabalhadores do acesso à mesma. Nas terras que até então estavam nas mãos de seringueiros, colonos, posseiros e índios, agora “aparecem” novos donos, os empresários do centro sul. A terra para os pecuaristas e especuladores tinha um significado contrário ao dos indígenas e seringueiros. Para estes, a terra significava reprodução da vida. Assim, o movimento de seringueiros e índios, ao insurgir-se contra os desmatamentos para a implantação da pecuária, buscava garantir a manutenção das condições de reprodução social e econômica da categoria, evitando a expulsão das suas “colocações”. Desses confrontos índios, posseiros e seringueiros organizam-se para permanecerem nas terras. Nas palavras de Porto-Gonçalves (1998: 09), “ao impedir o que chamavam de invasão dos paulistas, ensejaram uma resistência que, no contexto da década de 1970 e início da de 1980, configurou-se como a afirmação de uma identidade política” (p.11).

Em meados da década de 1970, aproximadamente um terço do território acreano tinha sido transferido às mãos de pessoas ou grupos de fora do Estado. Esta “corrida de terras baratas” promoveu a usurpação de muitas áreas extrativistas, determinou a forma de sua utilização posterior que foi a pecuária extensiva (Acre, 2000).

O que gera conflitos com a classe dominante local, pois para os pecuaristas, a substituição dos antigos seringais por empreendimentos voltados para a exploração da pecuária extensiva de corte promoveria o “progresso” na região, tirando-a do seu atraso, ‘pobreza e desencanto’. Aos seringalistas sem condições de saudar seus compromissos, melhor era também enfrentar as novas estruturas, o novo desafio, a unir-se aos investidores que chegavam, ou abandonar o campo de luta (Paula, 2005).

A emergência dos segmentos sociais subalternos no cenário político repercutiu de forma significativa na redefinição do projeto inicial de modernização previsto para o Acre. Ao representar e expressar os anseios da maioria absoluta dos trabalhadores do campo, o MSTR acabou protagonizando as modificações mais substantivas no regime de posse e uso da terra no Estado, produzindo enormes inovações na luta pela reforma agrária no país, como a formulação da proposta de reservas extrativistas.

Ao longo dos anos 1980 houve uma transformação substancial na estruturação das classes sociais no mundo rural acreano. A figura do seringalista foi praticamente extinta, surgindo em seu lugar uma nova classe dominante formada majoritariamente por grandes e médios pecuaristas. No âmbito das classes subalternas, ocorreram também mudanças significativas, que passam a expressar-se numa diferenciação social mais nítida entre as várias categorias de trabalhadores da floresta.

No que diz respeito aos segmentos subalternos deve-se chamar atenção para alguns aspectos. Em primeiro lugar, houve uma inversão nos parâmetros substantivos que delineiam as adjetivações de moderno e atraso na região. Os seja, os seringueiros em função de sua reprodução social, associou-se a uma das formas mais primitivas da relação homem/natureza eram considerados atrasados, passam a serem

considerados modernos porque sua forma de relacionarem com o meio natural é considerada a mais adequada para se garantir a proteção da floresta amazônica.

Os seringueiros e índios só tiveram sua perspectiva diferenciada de apropriação do espaço reconhecida a partir da década de 1980. Através dos movimentos sociais estes passam a situação de protagonistas no modelo de reforma agrária regional. A partir desta década são criados diversos projetos de assentamentos, delimitadas terras indígenas e criação de reservas extrativistas. Já a década de 1990 foi marcada pela introdução da questão ecologia como direcionadora da exploração dos recursos naturais e daí também foram criadas várias áreas de conservação e preservação ambiental. Dentre as quais destacamos-se.

Terras Indígenas: o processo de reconhecimento das terras indígenas acreanas foi bastante lento e perdura até os dias atuais. Estima-se em 9.343 índios no Acre formados por 14 etnias, os quais estão distribuídos 28 TI.

Unidades de Conservação de Proteção Integral: Parque Nacional da Serra do Divisor criado em 1989 e a Estação Ecológica do Rio Acre criada em 1981. E, as florestas estaduais. Ambas visam a proteção da biodiversidade.

Unidades de Conservação de Uso Sustentável: Reservas Extrativistas do Alto Juruá, do Alto Tarauacá e a Chico Mendes-Resexs e os Projetos de Assentamentos Extrativistas-Paes. Essas unidades são respostas as pressões empreendidas por seringueiros acreanos.

Dentre a política de colonização oficial destaca-se as seguintes modalidades de assentamento de trabalhadores rurais. Assentamentos de agricultores; Assentamento de produtores extrativistas; Assentamentos de produtores ribeirinhos e Projetos de reassentamento.

Assentamentos de Agricultores: estes eram destinados a agricultura de subsistência e ao aproveitamento racional da floresta através da extração de madeiras e adensamento florestal.

Assentamentos Extrativistas: estes expressam a promoção do acesso a terra aos seringueiros. A regularização fundiária nessas áreas ocorre de forma coletiva, através de contratos de concessão e uso entre o poder público e as associações de moradores.

Assentamentos de ribeirinhos: destinados aos barranqueiros ou produtores ribeirinhos. **Reassentamentos:** destinados aos posseiros retirados das terras indígenas. A situação destes não diferem dos ribeirinhos porque acabam sendo duplamente excluídos, isto é a sua condição dos ‘posseiros não índios’ é indesejável sob o ponto de vista dos movimentos indígenas e, praticamente ignorados pelo sindicalismo rural.

Apesar da política fundiária e ambiental e de o extrativismo ter obtido uma certa valorização ao ser incorporado nas definições de regularização de posse e uso das terras, a produção de borracha e castanha – considerada sustentáculo da economia extrativista no estado foi reduzida em dois terços, enquanto a extração madeireira foi incrementada em cerca de 600% (Paula, 2005).

Em resumo podemos enumerar que o território acreano experimentou o seu maior apogeu sob os desígnios do mercado. O sistema mercantil do extrativismo da borracha foi comandado pelos capitais privados. Mas a partir da segunda Batalha da Borracha, o Estado passou a ter uma presença mais forte, tanto na regulação do mercado como no subsídio ao seringueiro.

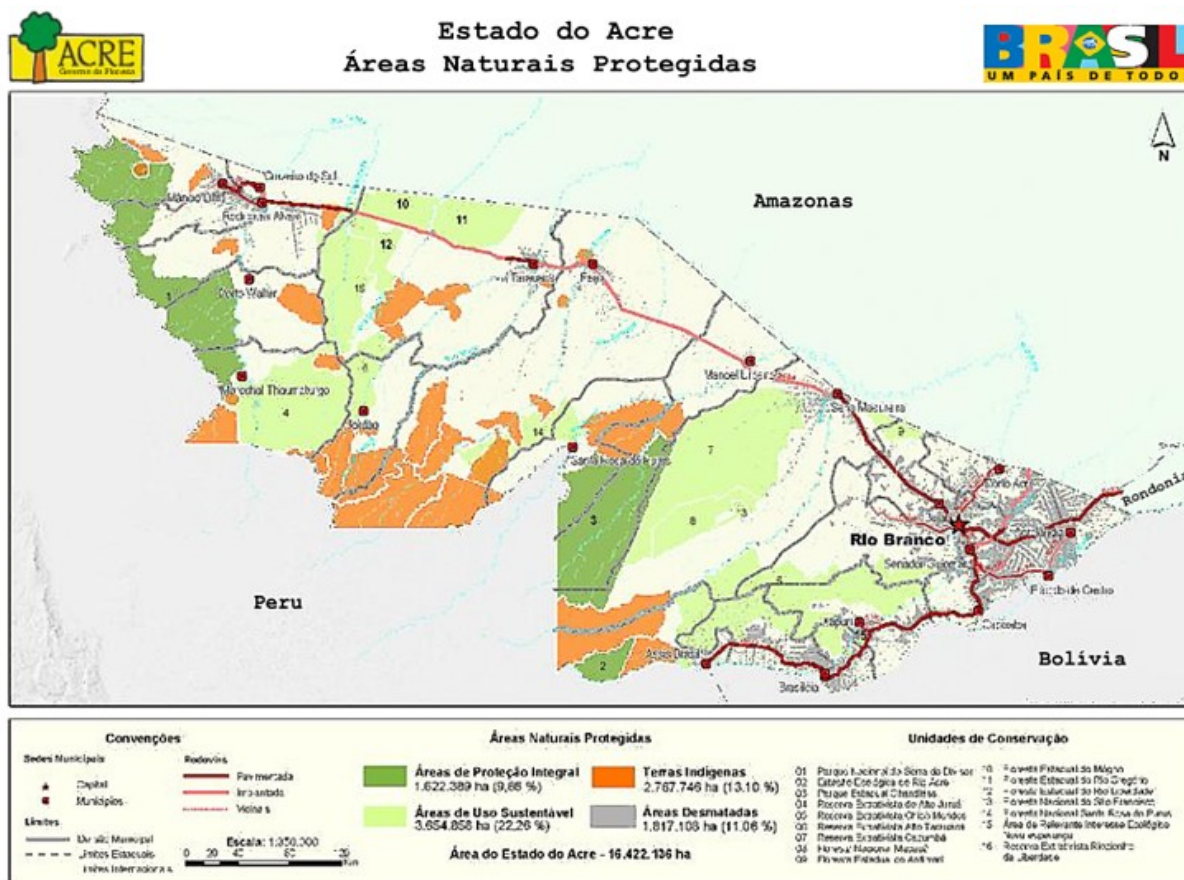
A partir da década 1970, o Estado esteve muito presente com a implantação das redes técnicas e do subsídio a frente agropecuária, mas diante da resistência de índios e seringueiros teve que recuar em detrimento de uma política agrária regional.

No final da década diante do redirecionamento da política mundial, agora ancorada na sustentabilidade ecológica, índios e seringueiros passam a serem considerados ambientalmente sustentáveis, daí os recortes territoriais especiais, como as reservas indígenas, e reservas extrativistas.

As políticas públicas implementadas no final do século pelo grupo político Governo da Floresta direciona as ações em torno do discurso da sustentabilidade, a qual é denominada de Florestania. O que significa segundo propaganda do Governo do Estado “*cultivar a terra e viver em harmonia com o meio ambiente. O Governo da Floresta busca isso. Devolver a floresta ao homem. Com o nosso povo desfrutando de melhor qualidade de vida no novo milênio. O desafio é mostrar ao Brasil no mundo que*

toda essa riqueza pode ser compartilhada. Desde que o façamos com sabedoria e responsabilidade”.

O mapa do Estado do Acre é elucidativo para a visualização da política dita da valorização da população indígena do Estado do Acre.



“As florestas comunitárias públicas e privadas que se estendem por todo o Estado garantem o suprimento de madeira e a segurança na sua exploração. Não precisamos de um novo caminho, mas de um novo jeito de caminhar, os versos do poeta amazônida Tiago de Mello traduzem com perfeição o sentimento e a nova prática do governo do Estado Acre. É reconhecendo os costumes, a sabedoria e o conhecimento dos povos que habitam suas cidades e campos, florestas, rios e aldeias que o Acre valoriza a relação de direitos e deveres entre o homem e o meio. A isso chamamos de florestania. Responsabilidade social com consciência ambiental este é o

nosso novo jeito de caminhar, na direção de um horizonte de possibilidades na produção de riquezas e felicidades”.

Propaganda do Governo da Floresta.

Referências Bibliográficas

ACRE, Governo do Estado do. Zoneamento Ecológico-Econômico: indicativos para a gestão territorial do Acre. Rio Branco: SECTMA, 2000. V. 2.

AQUINO, Terry Valle. A Luta pelas Terras Indígenas no Acre. Comissão Pró-Índio do Acre: festejando 22 anos de história. Rio Branco: CPI/AC, 2001.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Seringal e o Seringueiro. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

BENCHIMOL, SAMUEL. Amazônia: um pouco-antes e além-depois. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

BONNEMAISON, Joel. La Géographie Culturelle. Paris: Éditions du C.T.H.S., 2000.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

CUNHA, Euclides da. À Margem da História. São Paulo: Martins Fontes, (1909) 1999.

DALMOLIN, Gilberto Francisco. O Papel da Escola entre os Povos Indígenas. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Rio de Janeiro, EDUFF: 1997.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território, Territorialidade e Multiterritorialidade. 2005. Mimeografado.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

PAULA, Elder Andrade de. (Des)Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PICCOLI, Jacó César. Sociedades Tribais e a Expansão da Economia da Borracha na Área Juruá-Purus. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografando nos Varadouros do Mundo (da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira – do seringal à reserva extrativista). Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em Geografia), UFRJ.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

REBORATTI, Carlos E. Fronteiras Agrárias em América Latina. Barcelona: Cuardenos Críticos de Geografía Humana. 1990.

SACK, Robert. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

TOCANTINS, Leandro. Amazônia: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro, Conquista, 1960.